

O DISEGNO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB (1920 A 1940): uma proposta de educação patrimonial

Janaína Valéria Pinto Camilo¹
Katiana de Sousa Vale²

Artigo recebido em: 25/02/2022.
Artigo aceito em: 12/08/2022.

RESUMO:

A pesquisa objetivou o estudo do patrimônio cultural material do centro histórico da cidade de Cajazeiras, especificamente, os prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho está balizada por conceitos da História Cultural como: memória, identidade e representação porque entendemos o patrimônio de Cajazeiras para além da fria materialidade das paredes e pedras. Foram analisadas fontes bibliográficas e documentais, além de observação de campo. Como produto final foi construído um site para registro documental sobre a História de Cajazeiras, sendo, portanto, uma ferramenta para atividade de educação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Cajazeiras; Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial.

THE DISEGNO FROM THE CITY OF CAJAZEIRAS: a proposal for heritage education

ABSTRACT:

¹ Pós-doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Professora efetiva da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; Professora colaboradora do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri – Profhistoria Urca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4925947060816227>; E-mail: janaina.valeria@professor.ufcg.edu.br. Pesquisadora do Grupo de Estudos Coloniais Amazônicos (GP GESCAM/UNIFAP/CNPq), Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/UFCG/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Planejamento e Turismo (GDPTur/UFPB/CNPq).

² Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campus Cajazeiras-PB; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2749181038626755>; E-mail: katianasv.eco@gmail.com. Orientada por Janaína Valéria Pinto Camilo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/UFCG/CNPq).

This research aimed the study of the material cultural heritage of the historic center of the city of Cajazeiras, specifically, the fallen building by the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba – IPHAEP. The theoretical-methodological perspective of this work is guided by concepts of Cultural History such as: memory, identity and representation because we understand the heritage of Cajazeiras beyond the cold materiality of the walls and stones. Therefore, bibliographical and documentary, as well as field observation. As a final product of this research, a website was built for documenting records on the History of Cajazeiras, being, therefore, a tool for activity of heritage education.

KEYWORDS: Cajazeiras; Cultural Heritage; Heritage Education.

1. Introdução

A cidade de Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, a cerca de 475 Km da capital, João Pessoa. A população estimada é de 62.289 pessoas.³

No dia 23 de novembro de 1863, o povoado foi elevado à categoria de Vila de Cajazeiras, sendo desmembrada, posteriormente, da cidade de Sousa e, finalmente, no dia 10 de julho de 1876, Cajazeiras foi elevada à categoria de cidade (SOUZA, 1981), chegando a ser, na primeira metade do século XX, uma das mais promissora do Alto Sertão paraibano, visto que, entre os anos de 1920 e 1940, a cidade viveu um *boom* urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos, já iniciado na Europa desde o século XIX - com as imposições de transformações nas relações sociais, culturais e econômicas advindas da segunda onda da Revolução Industrial -; e que no começo do século XX chegou ao Brasil, provocando importantes transformações na distribuição do espaço urbano de grandes cidades brasileiras. Os prédios e casarões que foram construídos nas ruas centrais durante as primeiras décadas do século XX, serviram de instrumentos para a construção do discurso da cidade como um espaço de modernidade e civilidade.

³ Esta informação corresponde ao senso 2020 do IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>, acesso em 11jun21.

Diante dessa abordagem, este artigo *O desenho da cidade de Cajazeira - PB (1920-1940): uma proposta de educação patrimonial* diz respeito aos resultados obtidos com a execução de projeto aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq⁴, que objetivou analisar o patrimônio cultural material do centro histórico da cidade de Cajazeiras - PB, a partir da investigação da história da cidade, suas influências arquitetônicas e as personagens envolvidas no processo de modernização urbana a fim de compreendermos como ocorreu a degradação do centro histórico e como isso vem descaracterizando o conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP.

Para a realização da pesquisa, estabelecemos um recorte temporal entre os anos de 1920 a 1940, período em que – conforme nos informa Eliana de Souza Rolim (2010) – foi marcado por intenso processo de urbanização de Cajazeiras, situação verificada, também, em algumas cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, que seguiam a tendência modernizadora e o discurso da higienização dos centros das cidades, o alargamento das ruas, as construções de casarões, prédios públicos, praças e oferecimento de serviços de iluminação, correios e transporte coletivo.

De modo mais específico, nossa investigação analisou os edifícios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, assegurados por meio do Decreto Governamental de nº 25.140, de 28 de junho de 2004, portanto, foram objetos principais da nossa investigação as seguintes construções: O Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano, Catedral de Nossa Senhora da Piedade, Palácio Episcopal,

⁴ O referido projeto foi estruturado a partir das regras do edital 008/2020 (MEC/UFCG/PRPG). Ressaltamos que o título original do projeto foi modificado para garantir a avaliação dupla-cega por pares.

Praça Cardeal Arcoverde, Prefeitura Municipal e Praça João da Mata, Seminário Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de Nossa Senhora do Carmo.

Entretanto, vale ressaltar que essas obras não se restringem apenas à esfera da decoração e do embelezamento, para além disso, elas são interpretadas como importantes fontes históricas que revelam as relações sociais, as tradições culturais, as memórias e a identidade cultural da cidade de Cajazeiras. E para que haja uma preservação eficiente e consciente desses patrimônios, torna-se necessária - em caráter de urgência - uma maior fiscalização por parte dos órgãos de defesa dos patrimônios, assegurando, assim, que a comunidade conheça a história local e, por conseguinte, seja guardiã desses patrimônios, tendo em vista que ao protegê-lo estarão resguardando a memória ou “lugares de memória”, conforme a expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1993).

Segundo esse autor, os lugares de memória são monumentos e documentos da história nacional, com uma tripla função: material, funcional e simbólica, onde a memória coletiva está ancorada, sendo também espaço revelador dos conflitos e disputas que envolvem o constante processo de construção das memórias. Esses lugares possuem, ainda, um papel narrativo de consolidação e totalização dessas memórias, reunindo elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, e unificando-o há uma rede articulada dessas identidades diferentes, ou seja, “uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma” (NORA, 1993, p. 13).

Durante a realização da pesquisa observamos as descaracterizações dos imóveis analisados, sendo visível, portanto, o descaso dos órgãos competentes e da própria população para com o patrimônio estudado, situação que se reforça pela ausência de políticas públicas de educação patrimonial na cidade. Assim sendo, o material didático produzido nesta pesquisa com textos e fotos que representam os planos, desígnios ou destinos da cidade e dos cajazeirenses a partir das reformulações do espaço urbano e da vida cotidiana, entre os anos de 1920 a

1940, mostra-se como instrumento de divulgação, conhecimento e proteção do patrimônio arquitetônico da cidade de Cajazeiras - PB.

2. A História Cultural, os Patrimônios e a Educação Patrimonial: elucubrações teóricas.

Durante a execução do projeto PIBIC, o nosso movimento inicial foi a realização da pesquisa bibliográfica e documental. Por conseguinte, identificamos alguns livros e pesquisas acadêmicas que serviram como aporte para a formação de uma base teórico-metodológica sobre os estudos acerca dos conceitos trabalhados pela História Cultural como os de memória, identidades culturais, representações, patrimônio cultural e educação patrimonial, os quais se articulam com diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. À vista disso, para uma maior familiarização com os objetos de nossa investigação, nossas análises bibliográficas foram pautadas em livros memorialistas, monografias, dissertações, artigos e teses⁵, que apresentam aspectos relevantes sobre a história da cidade de Cajazeiras, dos sujeitos e do seu patrimônio cultural material.

Esses estudos cumpriram um papel essencial no início da vigência do PIBIC, entre os anos de 2020/2021, por possibilitar o conhecimento da bibliografia disponível acerca do patrimônio edificado de Cajazeiras e a contextualização histórica sobre o desenvolvimento da cidade. Contudo, alguns estudos foram necessários para a compreensão e problematização dos conceitos de memória, identidades culturais, representações, patrimônio cultural e educação patrimonial, bem como suas relações com o patrimônio material. Estas leituras, portanto, foram basilares para estabelecermos a relação entre História Cultural, memória, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural. Além disso, possibilitaram, também, a reflexão sobre o que preservar e como preservar.

⁵ A pesquisa foi realizada junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), no banco de monografias de UFCG: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFCG: Página inicial

Para muitos autores, como Boaventura de Souza Santos (2002) e Maria Amália Silva Alves de Oliveira (in PELEGRINI, NAGABE; PINHEIRO, 2010); a sociedade contemporânea vive uma inflação de memória: a velocidade das transformações faz com que seja necessário fincar no passado referências para as identidades sociais. Não se trata de recuperar o passado tal qual aconteceu, mas do passado realmente existente que temos disponível, ou seja, os vestígios do passado no presente: vestígios de instituições, de práticas sociais, de artefatos, de narrativas e de memórias.

Toda memória, pois, é memória presente do passado, e diz respeito às demandas do presente. A sociedade presente é que define o que deve ser lembrado e, necessariamente, o que deve ser esquecido. Mas isso não ocorre de modo simples: muitas vezes, estes vestígios foram selecionados ora por lógicas do poder, ora pelo acaso. Porém, Luiz Roberto Guarinello alerta que a memória, sob a ótica da História, é um conceito muito complexo, visto que esta relação significa, ao mesmo tempo afirmação e negação das memórias coletivas, muitas vezes forjadas por “interesses particulares que animam as memórias coletivas” (GUARINELLO, 2014, p. 10).

Mas essa ação reveladora das representações sociais e culturais não é uma seara exclusiva dos profissionais da História. E, portanto, “a legitimidade para falar, pensar e produzir memórias para nossa sociedade” (GUARINELLO, 2014, p. 9) fica a cargo, também, de diferentes comunidades envolvidas no processo de preservação de suas identidades e que podem ser reveladas por diferentes profissionais das Ciências Humanas e Sociais.

Contudo, a sociedade do presente, que constrói suas imagens do passado, deve ter em conta os modos como os vestígios foram transmitidos e preservados. Em suma, o passado é infinito, mas os vestígios do passado são finitos e normalmente caóticos, por isso é necessário organizá-los para conservar a história. Por este raciocínio, objetivamos estudar a preservação do passado por meio do Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico - tanto os bens móveis ou imóveis, **Revista Espacialidades** [online]. 2022.2, v. 18.2, n. 2, ISSN 1984-817X [6]

material ou imaterial -, sob a ótica da manipulação das memórias sociais, sobre o que lembrar e esquecer, ou ainda, conforme escreveu Roger Chartier (2002), sobre o jogo ambíguo das representações, que ao mesmo tempo significa ausência e presença.

As novas metodologias para o estudo do patrimônio e a relação com a História Cultural, também dialogam com o lugar que ocupa o documento enquanto registro de ações. Assim, não se trata de observar a história apenas por documentos escritos, conforme defenderam os positivistas Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois (LE GOFF, 1984), pois os historiadores franceses da primeira geração do *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febre, lançaram uma nova proposta de se escrever a História que, diferentemente das prerrogativas positivistas, não era produzida exclusivamente pelo documento escrito. Para os historiadores da Escola do *Annales*:

A história faz-se documento escrito, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais (...). (FEVBRE, 1985, p. 249).

A partir dessa nova proposta, os historiadores viram-se diante da diversidade documental. A História podia ser escrita por meio da indagação de diferentes fontes: escrita, sonora, imagética, oral, material, enfim... toda aquela que permita dar voz às personagens silenciadas pela história tradicional, de viés metódico ou positivista. E, por este viés, os museus, arquivos e bibliotecas passaram a ser lugares depositários dessa variedade de documentos e, portanto, da pesquisa histórica. Nessas instituições, a memória coletiva valoriza-se e se constitui em patrimônio cultural e histórico. E é a nossa ação de profissionais da História que transforma esses monumentos em documentos de pesquisa em História.

Nesse sentido, os diferentes tipos de documento serviram, também, aos estudos dos patrimônios e sobre a origem desta palavra Françoise Choay escreve que:

[está] ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante [...] A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras [...] e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2001, p. 11)

No Brasil, no começo do século XX, a política do patrimônio – conhecida como “pedra e cal” - promoveu os tombamentos dos prédios históricos sob a justificativa da relevância arquitetônico. Porém, a partir do século XXI, o conceito de patrimônio ampliou-se e ganhou dimensões subjetivas promovendo o conhecimento de diferentes saberes e personagens. Neste sentido, Maria Amália Silva Alves de Oliveira afirma que, dada a diversidade de profissionais que se debruçam sobre a temática do patrimônio, não é mais possível usar esta palavra no singular, propondo seu uso como “patrimônios”. Dessa diversidade surgiram diferentes categorias atreladas aos patrimônios: tangível, intangível, natural, artístico, arqueológico e arquitetônico. Assim, “não há limites para essa reflexão”, sobretudo, em tempo de globalização que exige uma compreensão ampla dos patrimônios enquanto registros de “fenômeno social altamente impactante” (OLIVEIRA in PELEGRINI, NAGABE, PINHEIRO, 2010, prefácio).

Porém, é importante ressaltar que as mudanças em torno dos tombamentos ou registros dos patrimônios surgiram, ainda, a partir dos anos de 1990, quando pesquisadores brasileiros das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas promoveram debates e publicações relacionando a preservação dos patrimônios culturais às políticas públicas para as causas culturais. Naquele período, em diferentes lugares, segundo François Hartog (2006) assistia-se a uma “patrimonialização galopante”.

Teoricamente, sustentamos nossa proposta de pesquisa na afirmação de Jacques Le Goff no artigo História/Memória, publicado no livro “História e memória” (1990). Para este autor o termo história pode ser compreendido por meio de três objetos complementares: a História processo (dimensão **Revista Espacialidades** [online]. 2022.2, v. 18.2, n. 2, ISSN 1984-817X [8]

tempo-espaço), a história ciência (campo das humanidades) e o terceiro que é a narrativa histórica produzida pelo historiador (historiografia).

Assim, sob orientação das afirmações de Jacques Le Goff, o projeto de pesquisa que desenvolvemos, teve como recorte espacial a cidade de Cajazeiras no interior do Estado da Paraíba e o recorte temporal o período de 1920 a 1940, caracterizado – conforme registramos acima - pelas mudanças urbanísticas observadas no alargamento das ruas, construções de casarões, prédios públicos, praças e oferecimento de serviços de iluminação, correios e transporte coletivo. Nos interessou observar essas mudanças não somente pela ótica da monumentalidade dos prédios, mas de como os sujeitos históricos agiram e sofreram com o processo de modernização da cidade de Cajazeiras.

Objetivou-se, portanto, construir uma narrativa que fizesse emergir a consciência histórica, que pressupõe “conhecimento do passado e a reconstrução dos caminhos percorridos pelos grupos sociais no traçado de sua história” (ABUD in PACHECO, 2017, p. 5). Nesse traçado estão os vestígios que nós historiadores procuramos e reinterpretemos, sendo uma prática indelével do nosso ofício. E ao procurarmos os “sinais”, como já escreveu Carlo Ginzburg (1989), nos deparamos com a cultura material e imaterial, com o patrimônio histórico e a memória social que, uma vez retirados do esquecimento pelo historiador, passam a ser documentos históricos e, também, instrumentos importantes para a Educação Patrimonial.

A relação entre Patrimônios Culturais, História e Educação Patrimonial está sustentada no uso da cultura material e imaterial como suporte de conhecimento, porque os objetos, os prédios históricos, as ruas, as praças, as cidades, bem como os saberes, as tradições culturais, as manifestações religiosas, as músicas e as danças nos contam sobre histórias de diferentes personagens: homens, mulheres, negros, negras, índios, índias e crianças que deixaram, de forma consciente ou inconscientemente, seus registros para outras gerações. O trato desses registros depende do trabalho do historiador que transforma os

Patrimônios Culturais, os bens materiais (móveis ou imóveis) e imateriais (que são intangíveis) em suportes da memória e o profissional da História, ainda, transforma-os em suportes de conhecimento. Ressaltamos que, por questão de escolha, o projeto de pesquisa desenvolvido concentrou-se, exclusivamente, na análise dos patrimônios materiais (as edificações do centro histórico de Cajazeiras).

Compreendemos, também, que a relação entre História Cultural, Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial é importante para o devir histórico, pois trata-se de interpretar objetos e discursos – muitas vezes guardados em museus, bibliotecas ou arquivos históricos – e transformá-los, como já nos orientou Jacques Le Goff (1984), de monumento em documento ou, ainda, nas palavras de Françoise Choay (2001), de monumento em monumento histórico, utilizando-os como marcas do passado, como exemplos de ações humanas e transformando-os em narrativas inteligíveis aos leitores.

No que diz respeito diretamente à Educação Patrimonial – objetivo central do projeto -, é importante ressaltar que esta temática recebeu o apoio de um importante aliado que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que implementou, no ano de 2014, ações que objetivaram motivar discussões teóricas e práticas em torno da Educação Patrimonial. Por este motivo foi que, em 2015, o IPHAN publicou o volume 1 dos “Cadernos do Patrimônio Cultural”, cuja temática central foi exatamente a “Educação Patrimonial”, apresentando como um dos objetivos centrais a fruição e a preservação dos patrimônios materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos e privados brasileiros. E, por esse material, os técnicos do IPHAN observam que a educação, formal e informal, desenvolvida por meio das interpretações dos objetos, documentos impressos e manuscritos, obras de arte e objetos de cultura material podem revelar a importância da salvaguarda desses acervos, garantindo a gerações futuras o sentimento de pertencimento a uma dada sociedade ou grupo social e,

também, o conhecimento das identidades múltiplas, podendo ser nesse aspecto um suporte para o exercício da cidadania.

Segundo os autores que iniciaram essas discussões sobre educação patrimonial, o patrimônio é revelador não somente do passado, mas também “constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade” (PINHEIRO, 2015, p. 13). Assim, o estudo da História por meio dos bens materiais suscita questões sobre como interpretar os patrimônios culturais? Como decifrar as memórias registradas nos diferentes patrimônios? Quem são os sujeitos envolvidos nas tramas históricas? Não existem respostas prontas, visto que elas dependem das escolhas teóricas e metodológicas do profissional da História.

É importante ressaltarmos, ainda, conforme estudos de Sônia Regina Rampim Florêncio (2015) que o início das pesquisas em torno da Educação Patrimonial no Brasil ocorreu, na verdade, nos anos de 1930 quando da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – instituição que precedeu ao IPHAN. Naquele período, o anteprojeto de Mário de Andrade já expunha a importância “do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas” (FLORENCIO, 2015, p. 21).

Entretanto, o termo Educação Patrimonial só passou a se configurar nas ações do IPHAN nos anos de 1980, quando chegou ao Brasil algumas experiências britânicas que transformaram os museus e os patrimônios históricos em suportes de educação. Naquela mesma época, a Fundação Nacional Pró-Memória criou o projeto “Interação” que estabeleceu diretrizes do trabalho educativo com foco na cultura, relacionando Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no Brasil e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e os lugares da memória, que são espaços promotores da multiculturalidade e, portanto, são lugares importantes para o exercício da tolerância, do reconhecimento do diferente e do respeito às diferenças. Assim, a

Educação Patrimonial, além das dimensões educativas, também revela questões políticas que retiram do esquecimento a memória social das personagens negras, índias e pobres que também fazem parte da história brasileira.

Vale ressaltar, ainda, que a educação que se pretende é aquela que serve como mediação para a construção coletiva do conhecimento, pela apropriação social do patrimônio cultural que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local e a diversidade cultural. A função da educação democrática torna visível esses saberes e a diferentes personagens que a História tradicional, em diferentes contextos, tentou silenciar e esconder. Assim, a pesquisa sobre os vestígios materiais que contam a história de Cajazeiras pretendeu, socialmente e filosoficamente, “trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 1996, p. 477).

3. O início da pesquisa: desafios e confrontos.

É importante ressaltarmos que o início deste projeto ocorreu em um período em que o mundo inteiro passava, e ainda passa, desde março de 2020, por um processo doloroso e ambíguo de perdas e, também, de aprendizagem e adaptação, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), devido ao surgimento do novo Coronavírus. Trata-se de um vírus altamente perigoso e letal para a humanidade e, diante dessa difícil situação, as atividades acadêmicas presenciais foram suspensas pela necessidade de mantermos o isolamento social. Sendo assim, foi preciso adaptar as atividades às novas tecnologias que viabilizam remotamente as aulas, a pesquisa e a extensão.

Diante disso, a pesquisa PIBIC/CNPq que ora apresentamos, também teve de se adaptar e, por isso, os lugares tombados de Cajazeiras foram analisados por meio do estudo de fotografias estudadas com a utilização da internet que foi imprescindível, também, para os encontros e discussões acerca da pesquisa. Contudo, mesmo com as dificuldades que enfrentamos nesse terrível período de

pandemia, o desenvolvimento do projeto PIBIC/UFCG/CNPq não foi interrompido, e com as adaptações, nossos encontros ocorreram de forma virtual com periodicidade quinzenal pela plataforma *Google Meet*.

No que diz respeito à análise bibliográfica e documental, esta etapa foi desenvolvida de forma gradativa, quando colhemos subsídios e informações sobre os nossos objetos de estudo. Finalmente, embasadas pelos princípios teórico-metodológicos já indicados acima, demos início à fase final da pesquisa – a construção do site⁶ para registro documental com finalidades educativas nas instâncias de ensinos formal e informal.

Após as leituras e a catalogação das fotografias, iniciamos a construção do site pela plataforma Wix.com – uma plataforma que oferece hospedagem completamente gratuita. Para isso, foi necessária uma seleção e organização criteriosa, tanto das fotografias analisadas quanto dos textos que iriam ser adicionados. Após a seleção e catalogação das fotos, foram organizados os textos com informações encontradas nas nossas fontes bibliográficas acerca da História da cidade e das suas personagens, contadas a partir do estudo do seu patrimônio cultural material, especificamente, dos monumentos tombados do centro histórico cajazeirense. Em seguida, realizamos um registro na plataforma para ter acesso à construção de sites e após a identificação, fomos direcionados automaticamente para a página de *templates*, fizemos a escolha do nosso *template*, e assim começamos, de fato, a construir o site: adicionamos as fotografias e as informações contidas no croqui que havíamos feito e criamos abas específicas para cada abordagem acerca dos assuntos adicionados.

Na aba “Apresentação do site” mostramos ao visitante a finalidade do site. Na aba “Sobre nós” há informações acadêmicas e contatos das integrantes do projeto. Na aba “Projeto de IC/PIBIC/UFCG/CNPq” apresentamos a descrição completa do projeto de Iniciação Científica, desde a justificativa, objetivos até a

⁶ Endereço do site: <https://kianasveco.wixsite.com/my-site-3>

metodologia. Na aba “História, Memória e Educação Patrimonial” inserimos duas sub abas “A cidade e sua História” e “Cajazeiras: amor em poesia”, nestas, procuramos contextualizar o surgimento do patrimônio arquitetônico no processo de formação e expansão da cidade de Cajazeiras - PB, além disso, utilizamos fotografias referentes ao recorte temporal.

Ainda sobre a construção do site, na aba “Conhecendo o Centro Histórico” apresentamos textos e imagens que alertam para a necessidade de preservação dos monumentos tombados. Portanto, é um convite ao visitante para conhecer os bens tombados e compreender a importância da preservação, garantindo às gerações futuras o direito ao conhecimento, tendo em vista que o patrimônio reflete as características sobre a História da cidade e o modo de vida dos seus habitantes. Na sub aba “Galeria de fotos”, as imagens recentes das edificações do Centro Histórico são ampliadas, para que o visitante possa ter uma melhor visualização dos monumentos. Na aba “Sugestão de atividades” apresentamos uma proposta de atividade voltada à Educação Patrimonial. E, por fim, na aba “Referências bibliográficas” consta os materiais utilizados para a construção da pesquisa e do site.

4. Resultados e discussões

No que concerne aos resultados de nossa pesquisa, a partir das primeiras análises da bibliografia existente acerca do patrimônio cultural material da cidade de Cajazeiras, procuramos compreender por meio da investigação das edificações tombadas como ocorreram as reformulações do espaço e da vida cotidiana na urbe, entre os anos de 1920 a 1940⁷.

De acordo com o historiador Osmar Silva Filho (1999, p. 284), no início do século XX, a cidade de Cajazeiras já apresentava “modificações significativas na

⁷ É importante registrar que, mesmo diante das dificuldades de pesquisa de campo causadas pela pandemia, obedecendo todos os protocolos de biossegurança, realizamos a visita de campo no centro histórico de Cajazeiras, no início do mês de setembro de 2021, para observarmos a situação em que se encontram, atualmente, as edificações tombadas.

vida material e cultural”. Por conseguinte, “o estímulo de desenvolvimento para essa área urbana, resultou do cultivo e comércio do algodão e do investimento dos recursos daí provenientes, melhorando as condições materiais da cidade” (SILVA FILHO, 1999, p. 288). Assim, entre os anos de 1920 e 1940, Cajazeiras adquiriu novas formas com a construção de prédios, praças, coretos, igrejas e lojas requintadas. E neste embalo, no começo do século XX, além da linha férrea, foram instalados a luz elétrica, o jornal impresso, o telégrafo e os prédios que seguiam os traços da arquitetura modernista (ROLIM, 2010). Nitidamente, iniciava-se uma transição na urbe cajazeirense “onde o velho pass[ou] a conviver com o novo, o tradicional pass[ou] a conviver com o moderno” (SILVA FILHO, 1999, p. 293).

Neste sentido, os prédios e casarões que foram construídos nas ruas centrais durante as primeiras décadas do século XX, serviram de instrumentos para a construção do discurso da cidade como espaço de modernidade e civilidade. Além disso, Cajazeiras – que ganhara a fama popular da “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, culturalmente era assistida pela inauguração de jornais locais como: O Pátria Jornal, O Rebate, O Sport, O Rio do Peixe, O Estado Novo, a Revista Flor de Liz, entre outros (SOUZA, 1981, p. 187-188). Além dos jornais, também chegou à cidade o cinema, a prática do futebol, o automóvel e os clubes recreativos. A década de 1930, mostrou-se marcante devido ao melhoramento das ruas e as construções imponentes. Nesta mesma década, Cajazeiras já contava com os seguintes investimentos comerciais: uma concessionária da Chevrolet, uma agência da Ford, e uma agência do Banco do Brasil.

Nitidamente, aos olhos da comunidade, Cajazeiras se urbanizava e se modernizava. A vida cotidiana foi transformada e aos olhos da comunidade cajazeirense, a cidade estava mergulhada no progresso econômico-social. Porém, é importante registrar que os prédios erguidos na cidade foram projetados e

construídos sob orientação dos saberes informais dos construtores⁸, principais personagens do processo da modernização urbana e, portanto, na mudança da paisagem de Cajazeiras, que foi de fazenda à categoria de cidade⁹.

Todavia, cabe destacar que existem poucos trabalhos acadêmicos científicos sobre o estudo do patrimônio cultural material de Cajazeiras, porém, não podemos deixar de registrar a importância dos trabalhos que já foram produzidos sobre a sua história, a cultura e o patrimônio, tendo em vista que as bibliografias disponíveis foram fundamentais para nos subsidiar na presente pesquisa. No que concerne e nos revelam as pesquisas científicas, a historiadora Eliana Rolim (2010) em “Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial”, ao analisar o processo de transformação urbana de Cajazeiras, alerta que a cidade, na atualidade, vive um momento de agitação no tocante ao crescimento comercial, urbano e imobiliário, situação que promove a negligência com a preservação do centro histórico e dos bens tombados. À vista disso, a autora ressalta a necessidade urgente de políticas públicas de educação patrimonial nos espaços de educação formal e informal. Indo ao encontro dessa afirmação, Oliveira (2015) na pesquisa “Patrimônio Material de Cajazeiras - PB: Discurso Além do Concreto e Cimento”, também registra que:

Desde que o Centro Histórico local foi demarcado, parte da população e do poder público da cidade de Cajazeiras continua demonstrando estarem sob o efeito do desinteresse em manter a preservação daquele que foi escolhido como um importante lugar na memória coletiva e histórica do município. Como cidade polo que é, Cajazeiras também sofre as “consequências” destas mudanças no setor econômico-político-social e urbano que o crescimento populacional e a expansão do seu centro e bairros adjacentes provocam. A prova disso

⁸ Até meados dos anos de 1950, era comum no Brasil a utilização dos termos construtor e mestre de risco utilizados para designar as pessoas que projetavam e construíam as edificações. Esses trabalhadores também eram chamados de mestres pedreiros, denominações herdadas das antigas corporações medievais, cuja técnica provinha do saber de experiências. (TELLES, 1984, vol. 2)

⁹ Importante ressaltar que no Brasil, até primeira metade do século XX - mesmo D. Pedro tendo regulamentado a profissão de engenheiro no século XIX -, mas os engenheiros direcionavam seus conhecimentos, principalmente, para a construção de ferrovias e açudes, ficando a construção de casas ou edifícios públicos a cargo dos mestres de obra. (SILVA, 1984, vol. 1). Por este motivo, concluímos que foi por isso que não encontramos as plantas dos edifícios históricos de Cajazeiras.

reside em observar como são conduzidas as reformas nas estruturas das construções antigas do centro da cidade, que muitas vezes ocasionam recortes profundos na estrutura original das edificações. (OLIVEIRA, 2015, p. 46-47).

Ao dialogarmos com estas pesquisas, observamos que o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras precisa urgente de ações de fiscalização por parte dos órgãos competentes e, também, de implementação de políticas públicas eficientes que promovam ações de salvaguarda dos patrimônios.

É importante registrar que, ao realizarmos a visita de campo ao centro histórico de Cajazeiras, constatamos que o descaso permanece até os dias atuais. Alguns edifícios estão em estado de degradação, além disso, não é precipitado citar que praticamente todos já tiveram sua forma original alterada e a população parece continuar em estado de “inércia” em relação a isso, uma vez que a maioria parece não conhecer a história da própria cidade, daí a necessidade urgente de políticas públicas de Educação Patrimonial.

Figura 1: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima na década de 1930.



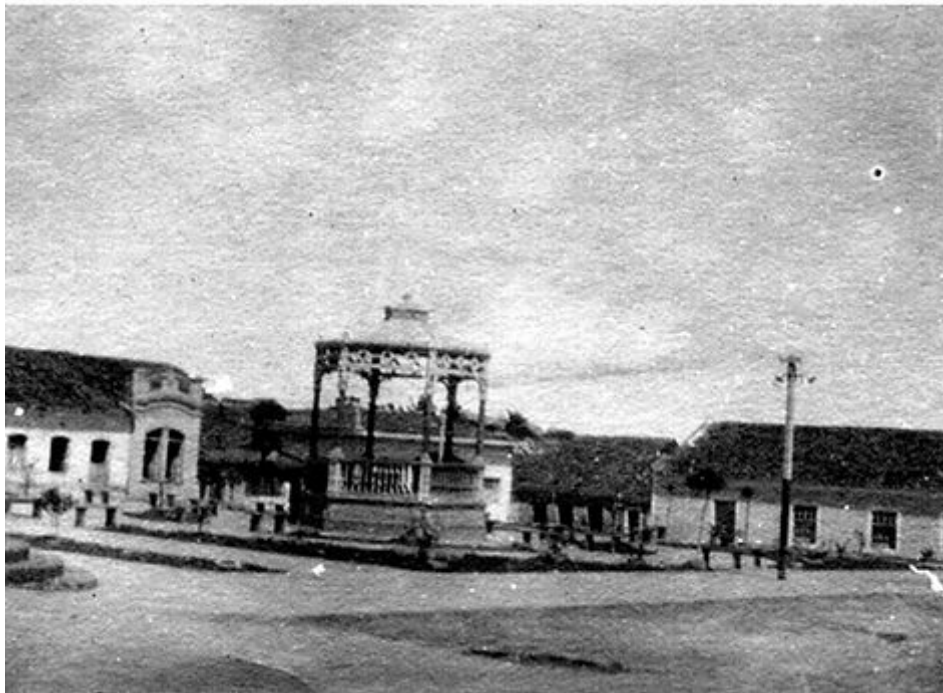
Igreja Matriz na década de 1930. Fonte: ROLIM, Claudiomar Matias. Disponível em: <http://asousamestreescola.blogspot.com/2013/01/>. Acesso em 20 jul. 2021.

Figura 2: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima, 2021.



Foto: Katiana Vale, setembro de 2021

Figura 3: Praça Nossa Senhora de Fátima – início do século XX.



Fonte: Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim.

Figura 4: Praça Nossa Senhora de Fátima, 2021.



Foto: Katiana Vale, setembro de 2021.

Figura 5. Antigo Edifício OK na década de sua fundação, 1938.



Fonte: LIRA, Francisco Cleudimar F. De. Disponível em:
<http://cajazeirasdeamor.blogspot.com/2011/11/>. Acesso em 15 jul. 2021.

Figura 6. Prédio do antigo Edifício OK, em estado de deterioração.



Foto: Katiana Vale, setembro de 2021.

Construído na década de 1930, o Edifício Ok configurou-se como um marco de grande destaque e espaço de sociabilidade para a comunidade

cajazeirense, destacando-se como um empreendimento ousado para a época, com planta elaborada pelos engenheiros da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS¹⁰. Foi uma obra amplamente aceita pela sociedade, e, também, pela Igreja Católica, que enxergava o empreendimento como espaço de entretenimento sadio para os jovens masculinos cajazeirenses (ROLIM, 2010). Foi inaugurado em agosto de 1936 e sediava “o conjunto de diversões: cinema, clube, sorveteria, salão de cabeleireiro e manicure, bilhares” (COSTA, 2013, p. 164). No andar térreo foi instalado o Cine Éden, o qual manteve sessões regulares de cinema na cidade até o início da década de 1990. E, no piso superior, encontrava-se um clube dançante chamado Excelsior Clube (ROLIM, 2010). Logo, o histórico edifício OK faz parte da história cajazeirense e, atualmente, está em completo estado de abandono.

Diante das imagens acima, observamos claramente que é necessário um comprometimento dos órgãos municipais e estaduais, a quem compete a fiscalização e salvaguarda desses bens. Sendo assim, acreditamos, a princípio, que esta falta de assistência, fiscalização, e a ausência de políticas públicas de Educação Patrimonial na cidade é o que de certa forma vem gerando o silenciamento da população no que diz respeito ao conhecimento dos patrimônios históricos e culturais e a importância dos mesmos para a valorização e preservação das identidades locais.

Ao realizarmos uma investigação para saber se existia na cidade políticas públicas de Educação Patrimonial, constatamos que até o presente momento não existe, o que é preocupante, pois pesquisadores da área alertam para a necessidade de um maior engajamento do poder público e da própria população para resguardar esses bens. Além disso, observamos a ausência de informações sobre esses imóveis tombados no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP – órgão estadual responsável pelo tombamento e fiscalização desses bens. Realizamos uma visita física ao órgão, a fim de obtermos

¹⁰ Este prédio é uma das exceções, sobre ele há registro da planta, situação rara, conforme explicamos na nota de rodapé 7.

informações referentes ao processo de tombamento, mas infelizmente, por causa da pandemia, a instituição encontrava-se fechada.

Diante da abordagem acima, acreditamos que promover instrumentos didáticos – como um site com textos e fotos que representam os planos, desígnios ou destino dos moradores de Cajazeiras a partir das reformulações do espaço e da vida cotidiana, entre os anos de 1920 a 1940 – é um recurso que poderá ser utilizado como instrumento de Educação Patrimonial. Em grande medida, o site apresenta de forma didática a História da cidade permitindo aos visitantes visualizarem as transformações do espaço e da paisagem, especificamente, nos anos de 1920 a 1940.

Nesse sentido, o conceito de educação patrimonial pode ser definido como ação constitutiva de todos os processos educativos formais e não formais, cujo instrumento da ação é o patrimônio cultural visto como “recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação” (FLORÊNCIO, 2015, p. 24).

5. Considerações finais

A cidade de Cajazeiras possui um belo acervo arquitetônico e a maioria dos prédios datam do início do século XX, os quais foram construídos sob orientação dos saberes informais dos construtores, principais personagens que promoveram o processo da modernização urbana e, portanto, na mudança da paisagem desta cidade. Neste sentido, conforme o historiador Silva Filho (1999):

A cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar. (SILVA FILHO, 1999, p. 1)

Diante disso, compreendemos que as obras arquitetônicas de Cajazeiras são importantes fontes para conhecermos a história da cidade. Contudo, mesmo

sendo protegido por lei pelo Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004, homologado pelo governador da Paraíba, o Centro Histórico de Cajazeiras ainda enfrenta sérios problemas no que concerne à preservação. O descaso por parte dos órgãos competentes e, também, por parte da própria população chega a ser visível em alguns edifícios que se encontram dentro do limite do tombamento, uma vez que, quase todas as edificações tiveram suas estruturas originais alteradas, enquanto outros encontram-se em estado de abandono.

Durante a atividade de campo, observei que a população cajazeirense parece desconhecer a História da própria cidade, pois ao indagar as pessoas sobre a localização de alguns dos edifícios estudados, a grande maioria não soube me responder a localização precisa do lugar, e quando não se conhece, também não se preserva. Assim sendo, os moradores de Cajazeiras precisam e merecem conhecer a história da cidade para criar laços de identidade e para se sentirem pertencentes a ela, somente assim, haverá uma preservação eficiente dos Patrimônios Históricos e Culturais.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. Apresentação. In: Pacheco, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: um percurso docente. Jundiá – SP, 2017.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- COSTA, Antonio Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi**. João Pessoa: Gráfica JB – 3ª edição, 2013.
- FEVBRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1985.
- FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.
- FRANÇOIS HARTOG. Tempo e Patrimônio. **Vária História**. Belo Horizonte, PPG-Hist-/UFMG, vol 22, n. 36, jul/dez. 2006, p 261-273.

GUINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad, de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, **Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004.** Disponível em <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo/digital/doe/2004/junho/diario-oficial-29-06-2004.pdf/view>, acesso em 20jun., 2020.

GUARINELLO, Noberto Luiz. **Ensaio sobre História Antiga.** Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos,** 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em 30 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** Trad. Bernardo Leitão. Campinas: ed. Unicamp, 1996.

_____. Documento/Monumento. **Enciclopédia Einaudi.** Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol 1, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. **Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do Concreto e Cimento.** Monografia (Graduação em História). Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9447>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PELEGRINI, Sandra C. A.; NAGABE, Fabiane; PINHEIRO, Áurea da Paz. **Turismo e Patrimônio em tempos de globalização.** Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010.

PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial.** Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, v. 1.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial.** Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da

Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6038>

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999. Acesso em 12 set. 2020.

SOUZA, Antonio José de. **Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1981.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Braisl**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia/ Livros Técnicos e Científicos Editora S.A , 1984, v. 1 e v. 2.